

SUMÁRIO

Prefácio.....	13
Introdução.....	19
Capítulo I	
O Controle de Constitucionalidade nos Estados Unidos da América	21
1. Breve Análise Histórica	21
1.1 Origens	21
1.2 Desenvolvimento	26
2. Estrutura do Controle de Constitucionalidade Americano	30
2.1 Repartição das competências.....	30
2.1.1 Cortes estaduais	30
2.1.2 Cortes federais	33
2.1.3 Suprema Corte	34
2.2 Função do controle de constitucionalidade	41
3. Características da Decisão.....	45
3.1 A eficácia <i>inter partes</i>	45
3.2 O efeito do julgamento da inconstitucionalidade.....	49
3.2.1 Procedimentos cíveis.....	56
3.2.2 Procedimentos criminais	62
3.2.3 Procedimentos de habeas corpus	66

Capítulo II	
O Controle Concreto de Constitucionalidade na Alemanha.....	75
1. Breve Análise Histórica	75
1.1 Origens	75
1.2 Desenvolvimento	76
1.2.1 Da Constituição do Império ao projeto de 1926	76
1.2.2 As teses de Hans Kelsen e de Carl Schmitt.....	78
1.2.3 Conseqüências históricas das teses.....	82
2. Estrutura do Controle Concreto Alemão.....	86
2.1 Repartição das competências.....	87
2.1.1 Jurisdição especializada	87
2.1.2 Jurisdição constitucional	89
2.2 Função do dever de apresentação judicial	95
3. Características da Decisão.....	98
3.1 A extensão dos efeitos da decisão.....	98
3.1.1 A extensão subjetiva do efeito vinculativo.....	100
3.1.2 A extensão objetiva do efeito vinculativo	104
3.2 Da nulidade à nulificabilidade.....	111
3.2.1 A nulidade e as alternativas de decisão	111
3.2.2 A nulificabilidade como contribuição de Hans Kelsen ..	122
3.3 A divergência entre Jörn Ipsen e Dirk Heckmann.....	127
3.3.1 A compreensão de Jörn Ipsen	128
3.3.2 A compreensão de Dirk Heckmann	132

Capítulo III	
O Controle Difuso de Constitucionalidade no Brasil.....	137
1. Breve Análise Histórica	137
1.1 Origem na Constituição Federal de 1891	137
1.1.1 Competências das justiças da União e dos Estados.....	141
1.1.2 Estrutura geral.....	141
1.1.3 Defesa da Constituição.....	143
1.1.4 Competência do Supremo Tribunal Federal	146
1.2 Desenvolvimento	149
1.2.1 A reforma constitucional de 1926.....	150
1.2.2 Constituição Federal de 1934	151
1.2.3 Constituição Federal de 1937	156
1.2.4 Constituição Federal de 1946	158
1.2.5 Constituição Federal de 1967 e Emenda Constitucional nº 1 de 1969.....	161
1.2.6 Constituição Federal de 1988	162
2. Estrutura do Controle Difuso Brasileiro	164

2.1 Repartição das competências.....	164
2.1.1 Juízes e Tribunais.....	164
2.1.2 Supremo Tribunal Federal.....	168
2.1.2.1 Interposição do recurso extraordinário	169
2.1.2.2 Requisitos de genéricos de admissibilidade	171
2.1.2.2.1 Cabimento	171
2.1.2.2.2 Legitimação para recorrer.....	177
2.1.2.2.3 Interesse em recorrer	178
2.1.2.2.4 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	179
2.1.2.2.5 Tempestividade	180
2.1.2.2.6 Regularidade formal.....	182
2.1.2.2.7 Preparo	182
2.1.2.3 Requisitos específicos de admissibilidade	183
2.1.2.3.1 Esgotamento das vias recursais ordinárias	183
2.1.2.3.2 Prequestionamento	183
2.1.2.3.3 Repercussão geral.....	185
2.1.2.4 Procedimento interno	187
2.2 Função do recurso extraordinário	189

Capítulo IV

Análise Comparativa das Características da Decisão no Controle

Difuso de Constitucionalidade Brasileiro	193
1. A Extensão dos Efeitos da Decisão	193
1.1 A extensão subjetiva do efeito vinculativo	193
1.1.1 A compreensão do Supremo Tribunal Federal	193
1.1.2 Análise dos pressupostos científicos.....	200
1.2 A extensão objetiva do efeito vinculativo	209
1.2.1 A compreensão do Supremo Tribunal Federal	209
1.2.2 Análise dos pressupostos científicos.....	212
2. A Modulação dos Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade	214
2.1 A compreensão do Supremo Tribunal Federal	214
2.2 Análise dos pressupostos científicos.....	226
Conclusão	235
Referências Bibliográficas	239
Anexo – Resoluções do Senado Federal.....	255